

GRACILIANO RAMOS E O PODER PÚBLICO: DE ESCRITOR-FUNCIONÁRIO A FUNCIONÁRIO-ESCRITOR

Thiago Mio Salla

Universidade de São Paulo

Resumo: Ao analisar as passagens de Graciliano Ramos pela administração pública e a inter-relação entre sua atuação no aparelho do Estado e sua afirmação como artista, o presente artigo pretende abordar o modo pelo qual esse intelectual transita da condição de prefeito-escritor para a de escritor-inspetor. Nesse processo, observa-se que a dicção literária utilizada pelo então aspirante a romancista nos afamados relatórios enviados ao governador alagoano Álvaro Paes cede espaço, num contexto em que Graciliano já era celebrizado como um dos principais homens de letras do país, para uma prosa mais rotineira e referencial, embora ainda distante do campanudo estilo administrativo. Para tanto, recupera-se um documento inédito, referente ao período no qual o autor de *Vidas Secas* trabalhou como Inspetor Federal de Ensino no Rio de Janeiro designado por Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; Relatórios; Burocracia; Educação.

Abstract: Through the analysis of Graciliano Ramos' passages by the public administration and the interrelationship between his performance in the State apparatus and his affirmation as an artist, the present article intends to deal with the way in which this intellectual transitions from the condition of mayor-writer to that of writer-inspector. In this process, it is observed that the literary diction used when he was an aspiring novelist in the famous reports sent to the governor of Alagoas Álvaro Paes gives space for a more routine and referential prose, although still distant from the pompous administrative style, in a context in which Graciliano already was celebrated as one of the country's leading men of letters. For this, an unpublished document, referring to the period in which the author of *Vidas Secas* worked as Federal Inspector of Education in Rio de Janeiro named by Getúlio Vargas, is recovered.

Keywords: Graciliano Ramos; Reports; Bureaucracy; Education.

Introdução

Ao longo de sua trajetória intelectual, o escritor Graciliano Ramos dedicou muitos anos de sua vida ao serviço público. De início, presidiu a junta escolar de Palmeira dos Índios (1926-1928), posto hoje similar ao de secretário municipal de Educação. Em seguida, foi eleito prefeito de tal cidade localizada no agreste alagoano, permanecendo no cargo por cerca de dois anos (1928-1930). Logo em seguida, depois de enviar sua carta de renúncia ao então governador do Estado, parte para Maceió a fim de assumir a direção da Imprensa Oficial de Alagoas (1930-1931). Após solicitar a própria exoneração dessa função, regressar para Palmeira dos Índios e ficar afastado por quase dois anos de cargos administrativos, retorna a Maceió para exercer, agora, a função de diretor da Instrução Pública estadual (1933-1936). Por fim, depois de ser preso, levado para o Rio de Janeiro e, uma vez solto, decidir se estabelecer na capital carioca, atua por um longo período como inspetor federal de ensino (1939-1953)¹.

Em meio a tal percurso, num contexto de crescente incremento da participação intelectual no Estado brasileiro², pode-se observar que o gestor público Graciliano Ramos parte da esfera municipal, passa pela administração estadual e então exerce um posto de menor expressão e repercussão no governo federal. Excetuando-se esta última colocação, na qual permaneceu por algo em torno de catorze anos, teve participações curtas, mas marcantes, nos cargos pelos quais passou. Para além disso, seja no município, seja no Estado, seja na União, atuou preferencialmente na pasta da Educação. Se no início, ainda em Palmeira dos Índios, tem-se, sobretudo, um prefeito em busca de um lugar ao sol, que mostra sua faceta de escritor nos relatórios anuais de prestação de contas enviados ao governador do Estado, já no Rio de Janeiro, mais ao

¹ Não se deve esquecer que, nesse período posterior a sua chegada no Rio de Janeiro, ele também atuou como revisor de provas, quer no próprio aparelho de Estado (na revista *Cultura Política*, principal veículo de doutrinação política e ideológica estadonovista, vinculada ao DIP), quer na iniciativa privada (destaque para seu cargo no jornal *Correio da Manhã*). Além disso, por um curto espaço de tempo, trabalhou como assistente técnico do reitor da Universidade do Distrito Federal, entre outubro e dezembro de 1938 (MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 165).

² De maneira geral, o discurso reinante era de que o país pedia uma política nacional de Estado que levasse a modernidade a setores importantes da vida social como saúde, educação, cultura, artes, patrimônio histórico etc. Nesse sentido, os “homens de pensamento” tomaram a frente de tal processo político e cultural, pois, conforme sublinha Pécaut, arrogavam-se a condição de intérpretes dos “sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito vangloriavam-se de produzir o explícito” (PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 38).

fim de sua vida, avulta o artista celebrizado por seus livros a desempenhar funções modestas sem grande estardalhaço.

De modo a investigar tal faceta de Graciliano Ramos, sem perder de vista a correlação entre as passagens do escritor pelo aparelho do Estado e sua afirmação como artista, bem como a rigorosa coerência entre as diretrizes literárias consubstanciadas em suas obras e suas ações como gestor público, o presente artigo toma como base, sobretudo, os seguintes documentos: 1) os dois relatórios enviados pelo prefeito Graciliano Ramos ao então governador de Alagoas, Álvaro Paes, e tornados públicos, respectivamente, em 1929 e 1930³; 2) o artigo-relatório “Alguns Números Relativos à Instrução Primária em Alagoas”, publicado inicialmente no *Diário de Pernambuco*, em 28 de junho de 1935 e, logo em seguida, na revista maceioense *A Escola – Síntese do Movimento Educacional*, em setembro de 1935⁴; 3) a carta-relatório de 4 de novembro de 1948 endereçada ao diretor da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde⁵, documento inédito⁶.

1 Escritor-prefeito

Em carta de novembro de 1937 enviada a Raúl Navarro, tradutor de sua obra na Argentina, Graciliano Ramos rebaixava a própria trajetória literária vivenciada até então, destacando que não possuía propriamente uma biografia:

Nunca fui literato, até pouco tempo vivia na roça e negociava. Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão. Depois que redigi esses infames relatórios, os jornais e o governo resolveram não me deixar em paz⁷.

³ Tais documentos se encontram recolhidos em *Viventes das Alagoas*, desde a primeira edição de tal coletânea publicada pela editora Martins em 1962.

⁴ Cf. RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Organização de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 143-145.

⁵ Por mais que Graciliano não tenha nomeado seu interlocutor em tal documento, tal cargo era exercido, na época, por Haroldo Lisboa da Cunha, professor catedrático do Colégio Pedro II e docente da Escola Politécnica.

⁶ Documento ainda sem a devida catalogação que integra a pasta de número 20 do Fundo Graciliano Ramos do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP).

⁷ PERES, Fernando da Rocha (Org.). *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Introdução, ensaio e notas de Pedro Moacir Maia. Salvador: Edufba, 2008. p. 123.

Os relatórios a que se refere o escritor são aqueles produzidos durante sua gestão como prefeito do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas, entre janeiro de 1928 e março de 1930. Como se pode perceber em meio ao sistemático autorrebaixamento promovido pelo artista, tais documentos, tornados públicos respectivamente nos anos de 1929 e 1930, são tomados como o marco inicial de seu ingresso na literatura⁸. Não por acaso, depois de ter sido eleito como prefeito, passa a utilizar a assinatura pela qual se tornaria conhecido e que estamparia a capa de seus livros⁹.

De fato, como indica na carta enviada a seu tradutor argentino, os jornais não deixaram Graciliano em paz depois da publicização dos relatórios de prestação de contas ao governador das Alagoas à época, Álvaro Paes. Por meio de tais documentos, passa a ser reconhecido como gestor e escritor fora da província, alcançando, até mesmo, certa notoriedade em âmbito nacional. Ambos os documentos se tornaram imediatamente públicos e conseguiram recepção extremamente favorável em diferentes órgãos de imprensa. O primeiro deles, depois de ganhar as páginas do *Diário Oficial*, em 1929, e de ser louvado pelo próprio chefe do Estado¹⁰, é tomado pelo *Jornal de Alagoas* como um texto “dos mais expressivos e interessantes”¹¹. Em seguida, numa reação em cadeia, outros periódicos alagoanos, entre eles *O Semeador*¹² e o *Correio da Pedra*¹³, tratariam de tal escrito. Ainda em escala local, trechos dele

⁸ Há ainda um terceiro relatório, anterior aos dois mencionados, que tivera circulação mais restrita, uma vez que fora enviado ao conselho municipal de Palmeira dos Índios. Cf. LIMA, Mário Hélio Gomes de. *Relatórios*. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 29-34).

⁹ Até então, quer em sua produção poética juvenil, quer em sua produção cronística estampada em periódicos alagoanos e cariocas, o autor se valera de ambos os sobrenomes, de abreviaturas e de múltiplos pseudônimos para assinar seus textos: Ramos Oliveira, R.O., G.R., Almeida Cunha, S. de Almeida Cunha, Soeiro Lobato, Feliciano de Olivença, Feliciano Olivença, J. Calisto, J.C., Anastácio Anacleto, X, Lúcio Guedes.

¹⁰ Em mensagem ao Congresso Legislativo, posteriormente publicada no *Diário Oficial*, em 1929, sob o título “Palmeira dos Índios”, Álvaro Paes destaca: “A administração de Palmeira dos Índios continua a oferecer um exemplo de trabalho e honestidade, que coloca o município numa situação de destaque./ A ação do prefeito, forte e inteligente, se faz sentir nas iniciativas e realizações que têm concorrido para o engrandecimento do município” (In: LIMA, Mário Hélio Gomes de. *op. cit.* p. 78).

¹¹ UM PREFEITO. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 25 jan. 1929.

¹² Segundo Moacir Medeiros de Sant’ana, tal publicação católica, numa série de artigos intitulada “A Prefeitura de Palmeira”, abordou os relatórios de Graciliano em três oportunidades: 25 de janeiro e 4 e 5 de fevereiro de 1929 (SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *História do romance Caetés*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas; SEC, 1983. p. 13-14).

¹³ PREFEITOS laboriosos. *Correio da Pedra*, Pedra, 15 set. 1929. Este mesmo jornal, em março de 1930, a propósito do segundo relatório do então prefeito Graciliano Ramos, publicara o editorial “Um Administrador”, no qual defende tanto a diligência do escritor na condução dos negócios públicos quanto a linguagem irônica empregada por ele no documento oficial.

foram publicados no Recife no *Diário de Pernambuco*¹⁴. Em termos nacionais, cabe destaque para as reverberações do documento no Rio de Janeiro, especificamente no *Jornal do Brasil*, em *A Manhã*¹⁵, em *A Esquerda*, dirigido por seu amigo Pedro Mota Lima¹⁶ e no jornal católico *A União*¹⁷.

Segundo o biógrafo Dênis de Moraes, a hipótese mais plausível a explicar a fama que Graciliano Ramos passou a desfrutar nos meios literários cariocas no início dos anos 1930 atrelava-se não só à publicação de trechos dos famosos relatórios na imprensa da capital federal, mas, principalmente, à interferência de Santa Rosa, que, morando no Rio de Janeiro, divulgara os referidos documentos nas rodas de intelectuais da cidade. Em seguida, José Américo de Almeida revelaria a existência de originais de um livro do prefeito sertanejo. Ciente da existência do romance inédito, ainda em 1930, o poeta e editor Augusto Frederico Schmidt entra em contato com Graciliano e lhe demanda os originais da obra com o fito de editá-la. Em novembro de 1931, o *Jornal de Alagoas* já anunciava que tal romance seria lançado antes do final do ano¹⁸. No entanto, como se sabe, o volume só veio a público três anos depois, em 1933, pela Schmidt Editora.

Ainda quanto ao papel dos relatórios na trajetória do autor, convém levar em consideração o discurso biográfico construído por ele próprio. Nas entrevistas que concedeu ao longo da vida, tais documentos também figuram como acontecimento-chave, ponto de partida de sua carreira literária¹⁹. Em perspectiva genealógica, ao retomar o início da publicização efetiva de seu nome, o escritor destaca:

¹⁴ HUMORISMO e Estilo Oficial. *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 mar. 1930. p. 2.

¹⁵ O RISO Higieniza o Espírito. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 12 maio 192. p. 14.

¹⁶ SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *op. cit.* p.14.

¹⁷ O próprio Graciliano relembra tal fato em entrevista a Paulo de Medeiros de Albuquerque publicada em 1941 em *A Gazeta Magazine*. Cf. RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Organização de Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 103.

¹⁸ Também no *Jornal de Alagoas*, alguns anos depois, Aloysio Branco afirmaria: “É, incontestavelmente, no sr. Graciliano Ramos que Alagoas possui o seu maior romancista ainda inédito, é verdade, mas como esses avarentos, cuja enorme fortuna custa muito a entrar em circulação, embora tenham certeza que depende deles a salvação da crise. São dois os seus romances inéditos: *Caetés* e *S. Bernardo*” (BRANCO, Aloysio. Alguns aspectos da prosa alagoana. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 maio 1933. p. 3).

¹⁹ No livro *Conversas* (Organização de Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn. Rio de Janeiro: Record, 2014), que reúne as entrevistas concedidas pelo autor de *Vidas Secas* ao longo da vida, os relatórios são assunto recorrente. Ver, em especial, os textos: “Graciliano Ramos”, por José Condé, *O Cruzeiro*, 1939 (p. 81-87); “Como fazer um romance”, por Paulo de Medeiros e Albuquerque, *Gazeta Magazine*, 1941 (p. 101-109); “Graciliano Ramos, aos cinquenta anos”, por Francisco de Assis Barbosa, 1942 (p. 110-130); “Como eles são fora da literatura: Graciliano Ramos”, por Homero Senna, *Revista do Globo*, 1948 (p. 188-206); “Nossos escritores — Graciliano Ramos: ‘Sempre fui antimodernista’”, por José Tavares de Miranda, *Folha da Manhã*, 1951 (p. 224-233).

Em 1928 aconteceu uma coisa: fui eleito prefeito de Palmeira dos Índios e foi nesse cargo que, pela primeira vez, vi dois trabalhos meus publicados. [...] Dois relatórios. Um que fiz em 1929 e outro que fiz em 1930. Este, ao que parece, foi o meu melhor trabalho. Pelo menos o que se esgotou mais depressa. Foi transcrito por diversos jornais de todo o Brasil. Daqui do Rio, onde o relatório foi transcrito em *A União*, jornal católico, recebi uma carta de Rômulo de Castro, que, a mando do Schmidt, me pedia um romance. Achava ele que eu devia ter alguma coisa guardada.

De fato, no Rio de Janeiro, os relatórios colocaram em destaque, de modo inaugural, o talento de Graciliano Ramos como escritor. Em uma série de textos intitulada “Encontro com Graciliano”, publicada em sua seção “Conversa do Dia” no jornal carioca *Última Hora*, de 24 a 30 de março de 1953, pouco depois da morte do autor de *Vidas Secas*, Marques Rebelo, em tom de homenagem, relembra seu primeiro contato com os famosos relatórios do ex-prefeito de Palmeira dos Índios, os quais vira nas mãos do referido Rômulo de Castro da Livraria Católica. Como este se recusara a cedê-los, o escritor carioca escreveu a Graciliano uma carta na qual solicitava os tão cobiçados “folhetos de capa cor de telha”. Algum tempo depois, os itens chegavam às mãos do romancista de *A Estrela Sobe*. Segundo ele, “depois de Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis, nada encontrara até então em prosa do Brasil que tanto me satisfizesse”²⁰. De modo mais específico ainda sinalizava: “Na realidade cada parágrafo era uma joia de estilo, precisão, simplicidade, coerência, verdade, decência, enfim, de todas as qualidades que fazem um grande escritor”²¹.

Tal avaliação crítica manifesta por Rebelo encontra respaldo na própria fatura de ambos os documentos que inauguraram a carreira literária de Graciliano. Contrariando o que se esperava em instrumentos burocráticos, marcados usualmente pela impessoalidade, pela redundância e pelo rigor formal pressuposto pelo uso do papel timbrado e pela configuração de um destinatário hierarquicamente superior, o então prefeito de Palmeira dos Índios, nos relatórios dirigidos a Álvaro Paes, vale-se do uso da primeira pessoa²² e de uma linguagem mais prosaica, em consonância com o

²⁰ REBELO, Marques. Encontro com Graciliano – II. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1953. p. 2.

²¹ REBELO, Marques. Encontro com Graciliano – III. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1953. p. 2.

²² Trata-se de estratégia diferente daquela que muitos anos depois empregará em suas *Memórias do Cárcere*. No início de tal relato destaca: “Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem; fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração” (RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. 4 v. v.1: p. 11).

que se entendia como literatura moderna na época, sobretudo após o Modernismo. A realizar tal transgressão, o narrador procurava construir para si uma imagem pautada pela correção, pela austeridade e, principalmente, pela sinceridade, adotando muitas vezes um tom confessional. Ao mesmo tempo, valendo-se de estratégia semelhante à já observada em suas crônicas anteriores²³, pseudo-rebaixa-se perante seu interlocutor a fim de melhor se aproximar dele e sensibilizá-lo:

Convenho em que o dinheiro do povo poderia ser mais útil se estivesse nas mãos, ou nos bolsos, de outros menos incompetentes do que eu; em todo o caso, transformando-o em pedra, cal, cimento etc., sempre procedo melhor que se o distribuísse com os meus parentes, que necessitam, coitados²⁴.

Admirador de Montaigne²⁵, Graciliano parece ter se orientado, na feitura dos relatórios, pelos questionamentos do ensaísta francês a respeito da linguagem obscura e ininteligível que predominava nos documentos oficiais. Para Montaigne nossa linguagem comum, tão fácil e cômoda, seria preterida nesse tipo de texto pelo prazer de tornar mais complicadas as coisas simples. Segundo ele, os príncipes de tal arte se aplicariam com especial cuidado em escolher vocábulos solenes, frases pomposas, “que nos embaraçam e embrulham na multiplicidade das fórmulas e das minúcias; e não mais distinguimos regras ou prescrições e não entendemos absolutamente mais nada”²⁶. Em sentido contrário, nos relatórios, já avulta a preocupação com a linguagem que iria tomar corpo em *S. Bernardo*, quando Paulo Honório rechaça as literatices do jornalista Godim na composição do livro: “Você acanallhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!”²⁷.

Conforme relembra Graciliano, os motivos de os relatórios terem causado um “escarcéu medonho” se encontravam em tal linguagem mais prosaica, não habitualmente empregada em trabalhos dessa natureza e bem distante do nefelibático

²³ Cf. SALLA, Thiago Mio. Entre a literatura e o jornalismo: As crônicas de Graciliano Ramos. *Caligrama*, São Paulo: ECA/USP, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/64271/66957>>. Acesso em 10 jul. 2019.

²⁴ RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 201.

²⁵ RAMOS, Heloísa. Carta para os Filhos. Paris, 24 de abril de 1952. Série Correspondência de Terceiros, Fundo Graciliano Ramos, IEB-USP.

²⁶ MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. Tradução de Sérgio Milliet. Porto Alegre: Globo, 1961. v. 3. p. 323.

²⁷ RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 9.

estilo administrativo, e no fato de dar “às coisas seus verdadeiros nomes”²⁸. Com relação a esse último ponto, a experiência prática de enfrentamento dos problemas ligados ao município manifestaria, já nos relatórios, o caráter de denúncia e de revelação de um mundo menosprezado que iria tomar corpo em seus futuros romances.

Mais especificamente com relação a esse último ponto, os documentos materializam diferentes elementos-chave concernentes à poética graciliana que tomariam corpo alguns anos depois. Entre eles, de modo sintético, salientem-se três postulados: 1) os homens de letras deveriam olhar os problemas regionais de perto, deixando de lado determinadas fórmulas supostamente “artificiais” cultivadas pela tradição textual que se construiu em torno dos espaços interioranos; 2) ao mesmo tempo, pressupunha que os escritores deveriam travar um contato sensorial, inscrito em suas próprias biografias, com as matérias sertanejas que se propunham a narrar; e 3) além de se colocarem como testemunhas ante os fatos a serem ficcionalizados, considerava que os homens de letras tinham a missão de realizar o estudo objetivo da “realidade” do país e colaborar para o conhecimento e a transformação desta última²⁹. Nesse sentido, tome-se o seguinte trecho:

Dos administradores que me precederam uns dedicaram-se a obras urbanas; outros, inimigos de inovações, não se dedicaram a nada.

Nenhum, creio eu, chegou a trabalhar nos subúrbios.

Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o Sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos.

E o palmeirense afirmava, convicto, que isto era a princesa do sertão. Uma princesa, vá lá, mas princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavada³⁰.

Depreende-se do excerto em questão a postura de um prefeito ativo que, longe de governar de seu próprio gabinete, percorria todos os cantos da cidade e arredores, de modo a dimensionar as necessidades dos munícipes e a buscar soluções para os problemas com os quais se deparava. Para além de seu significado específico,

²⁸ RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 195.

²⁹ SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a cultura política: medição editorial e construção do sentido*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016. p. 154.

³⁰ RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 216.

“subúrbios”, aqui, pode ser lido como espaço usualmente intransponível, distante da esfera de atuação quer de administradores, quer dos homens de letras. Para Graciliano, tanto uns quanto outros deveriam ultrapassar seus confortáveis limites urbanos, uma vez que, como enunciara sobretudo em sua produção cronística posterior, fazia-se urgente retratar as mazelas do interior do país. Em consonância com tal postulado, é impressionante observar como motes de uma parcela significativa da futura produção romanesca do escritor se encontram manifestos nessas breves linhas transcritas acima: a decadência e a vida de aparências de um pequeno município sertanejo (*Caetés*), o definhamento de terras aráveis à espera de um agente capaz de lhes restituir a produtividade (*S. Bernardo*) e a migração populacional de “agregados humanos” em decorrência da degradação das condições de vida (*Vidas Secas*).

Outro ponto-chave, agora mais conectado com a produção cronística pregressa do prefeito-escritor, diz respeito ao emprego da ironia, do sarcasmo e da galhofa. Tal trinca marcou fortemente seus escritos enquanto R.O. e J. Calisto (pseudônimos empregados respectivamente nos jornais *Parayba do Sul* e *O Índio*), o que acaba por injetar humor em meio à seriedade presumida pelo documento oficial:

Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos. Saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles³¹.

Ainda em chave retrospectiva, o narrador vale-se também de inúmeros objetos e assuntos já tematizados em seus textos jornalísticos anteriores, sobretudo os de *O Índio*, tais como a proliferação de pequenos prefeitos na administração municipal³², a precariedade da instrução³³, problemas com a iluminação pública³⁴, entre outros.

2 Escritor e Funcionário

Tendo permanecido apenas cerca de dois anos à frente do executivo municipal de Palmeira dos Índios, a 10 de abril de 1930, Graciliano comunicou ao chefe do

³¹ *Idem*, p. 194.

³² CALISTO, J. [Graciliano Ramos]. Traços a Esmo - XIII. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 24 abr. 1921. p. 2.

³³ X [Graciliano Ramos]. Garranchos – IV. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 20 fev. 1921. p. 2.

³⁴ X [Graciliano Ramos]. Garranchos – VIII. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 20 mar. 1921. p. 1.

governo estadual sua renúncia: “Exmo. Governador do Estado. – Maceió – Comunico a V. Excia. que hoje renunciei ao cargo de Prefeito deste município. Saudações, Graciliano Ramos”³⁵. Logo em seguida a tal ato, o escritor alagoano assume a direção da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, a convite do mesmo Álvaro Paes a quem endereçou o referido telegrama lacônico, e se muda para Maceió. Lá, passa a conviver com o grupo de jovens intelectuais que se formara na cidade (José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda, Alberto Passos Guimarães, Valdemar Cavalcanti, Santa Rosa, entre outros) e a colaborar com a imprensa da capital alagoana, chegando a se tornar sócio da Associação Alagoana de Imprensa no biênio 1931-1933.

Em dezembro de 1931, com o governo alagoano nas mãos do interventor Tasso de Oliveira Tinoco, o terceiro a passar pelo cargo desde a vitória revolucionária, o escritor, também laconicamente, comunica sua renúncia à chefia da Imprensa Oficial do Estado e retorna para Palmeira dos Índios³⁶. No entanto, dois anos depois, já na interventoria de Afonso Carvalho, é nomeado diretor da Instrução Pública, cargo correspondente hoje ao de Secretário Estadual de Educação, e se vê obrigado a voltar para Maceió. No exercício de tal função, Graciliano pautou-se pela promoção de políticas que ampliaram a presença do governo no campo educacional. Tendo em vista o aperfeiçoamento do corpo docente e do ensino como instrumento de melhora da situação popular³⁷, tomou medidas administrativas modernizadoras:

[...] proibição de ingresso no magistério público primário de pessoas não diplomadas; a exoneração de todas as professoras primárias interinas; a criação – na verdade recriação – das Juntas Escolares, destinadas a propagar e fiscalizar o ensino nas escolas estaduais, municipais e particulares; a organização do serviço de estatística

³⁵ SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *Graciliano Ramos: vida e obra*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1992. p. 37.

³⁶ “Exmo. Sr. Capitão Tasso Tinoco, / D. D. Interventor em Alagoas / Peço a V. Excia. que me demita do cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado. / Apresento a V. Excia. os meus protestos de consideração. / Paz e prosperidade. / Graciliano Ramos” (SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *op. cit.* p. 251)

³⁷ A falta de preparo do professorado já havia sido abordada pelo prefeito Graciliano no segundo relatório enviado ao governador do Estado (ver a seção “Instrução” do documento: “As aspirantes a professora revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância”), bem como numa crônica intitulada “Professores improvisados”, estampada na *Revista de Ensino, Órgão Oficial do Departamento Geral da Instrução Pública de Alagoas*, em setembro-outubro de 1929, na qual destaca que os docentes sertanejos padeciam do mal de ensinarem antes de aprenderem.

escolar; a supressão, nos grupos escolares do interior, do curso de formação de professores rurais³⁸.

Trata-se de iniciativas que visavam, sobretudo, a aperfeiçoar a formação de professores, acabar com cargos temporários e criar ferramentas necessárias para a fiscalização e a produção de dados sobre o universo educacional do Estado das Alagoas. Outra disposição, análoga às anteriores, recaiu sobre a instituição de concurso público para suprir o vácuo deixado pelos lentes demitidos; a partir de então, o professorado só poderia ingressar nos quadros estaduais mediante tal tipo de avaliação. Paralelamente, autorizou a Escola Normal a criar um curso de preparação para os docentes interessados em prestar a prova³⁹. Ao mesmo tempo, trabalhou em prol do aumento do número de alunos na escola (acrécimo de 87,3%), da construção de novos estabelecimentos e conseqüente expansão da rede de ensino, bem como da oferta de material escolar, tecidos, calçados e merenda aos discentes, entre outros triunfos pedagógico-administrativos. Diante de tais conquistas, o *Jornal de Alagoas*, em editorial de 13 de dezembro de 1935, descreve o sr. Graciliano Ramos como um técnico no assunto: “Trabalhador compenetrado de seus deveres, decidido nas suas determinações, a sua obra, na Instrução Pública, dia a dia impõe-se ao respeito da coletividade”⁴⁰.

Em junho de 1935, isto é, quase dois anos e meio depois de ter iniciado seu trabalho à frente da pasta da educação estadual, Graciliano faz publicar um artigo-relatório no qual apresenta um balanço de sua gestão até aquele momento, investindo tanto na apresentação de números como também de argumentos. Inicialmente, o texto estampou as páginas de um dos mais importantes jornais da região Nordeste à época, o *Diário de Pernambuco*, e três meses depois, voltando-se a público mais específico, a revista *A Escola – Síntese do Movimento Educacional*, então dirigida pelo professor Joaquim Ramalho.

No momento da publicação de tal prestação de contas, Graciliano já havia lançado *Caetés* em 1933 e *S. Bernardo* no ano seguinte, bem como publicara uma

³⁸ SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *op. cit.* p. 53.

³⁹ No entanto, as medidas não surtiram o efeito desejado, pois o interventor federal à época, pressionado por injunções políticas, reduziu o rigor do concurso, bem como determinara que as vagas remanescentes, após a nomeação dos aprovados, seriam preenchidas por professoras rurais e por alunas diplomadas pela Escola Normal. (*Idem*, p. 54).

⁴⁰ *Idem*, p. 53.

série de artigos em jornais e revistas tanto alagoanos, quanto pernambucanos, mineiros e cariocas⁴¹. Quanto à recepção de sua obra mais propriamente, ambos os romances mencionados alcançaram acolhida farta e favorável. No caso específico da obra narrada por João Valério, encontram-se textos elogiosos a respeito dela produzidos por diferentes escritores e intelectuais, tais como José Geraldo Vieira, Agripino Grieco, José Lins do Rego e Jorge Amado, entre outros. Em se tratando da trama em torno de Paulo Honório, contabilizaram-se expressivos 26 textos, entre pequenas notas e críticas mais extensas, contemporâneas à aparição do livro, dando conta, majoritariamente, do lançamento e dos méritos literários deste. Em outras palavras, bem diferente dos tempos de prefeito, seu nome ia se sedimentando no cenário literário não só estadual, mas também nacional.

Tendo em vista esse novo patamar alcançado pelo escritor Graciliano Ramos, bem como as novas atribuições desempenhadas pelo burocrata Graciliano Ramos, sua postura enunciativa ganha nova conformação. No referido artigo-relatório, ainda que o diretor da Instrução Pública não se renda de todo ao estilo administrativo, nele prevalece uma prosa mais descorada que não impressiona pelas pérolas do estilo nem pelo tratamento de aspectos concernentes à poética do romancista celebrado, os quais, naquele momento, com a publicação de algumas crônicas⁴², ganhavam traços mais salientes. Em consonância com essa percepção, a primeira pessoa cede espaço, sobretudo, para a exposição de números e para o emprego do plural majestático. As estatísticas escolares, que começaram a ser realizadas por sua gestão, tinham, por sua vez, forte peso argumentativo no sentido de dimensionar o incremento do número de alunos, de professores contratados e de estabelecimentos de ensino depois da implantação das medidas regulatórias antes listadas:

Em 1932 havia nas escolas públicas 15.826 alunos, 22.821 em 1933, 25.840 em 1934. A frequência média de 11.285 em 1932 subiu a 15.264 em 1933, a 16.900 em 1934 [...].

⁴¹ Para mais informações a respeito da trajetória de Graciliano Ramos na imprensa, ver SALLA, Thiago Mio. *op. cit.* p. 69-150.

⁴² Destaquem-se os textos “Um romancista do Nordeste” (*Literatura*, Rio de Janeiro, v. 1, n.18, 20 jun. 1934), “Suor” (*Folha de Minas*, Belo Horizonte, 17 fev. 1935) e “O romance do Nordeste” (*Diário de Pernambuco*, Recife, 10 mar. 1935).

Em 1932 existiam 434 professores em 337 estabelecimentos de ensino, compreendidos 17 grupos escolares. Temos hoje 473 professores trabalhando em 358 estabelecimentos: 335 escolas isoladas e 23 grupos escolares⁴³.

Por outro lado, para além das amarras do gênero relatório e do emprego de uma narração de fatos baseada em algarismos e prosa de guarda-livros, a marca autoral ainda se evidencia sobretudo no início do texto, quando se propõe a traçar um panorama geral da precariedade em que se encontrava a educação local:

O quadro que nos apresentava, há poucos anos, a instrução em Alagoas era este: dezena e meia de grupos escolares, ordinariamente localizados em edifícios impróprios, e várias escolas isoladas na capital e no interior, livres de fiscalização, providas de material bastante primitivo e quase desertas. As professoras novas ingressavam comumente nos grupos; as velhas ficavam nas escolas isoladas, desaprendendo o que sabiam, longe do mundo, ensinando coisas absurdas. Salas acanhadas, palmatória, mobília de caixões, santos nas paredes, em vez de mapas. Em 1932 eram assim as escolas rurais, as distritais e também grande parte das urbanas⁴⁴.

[...] De 17 grupos escolares que possuíamos, oito estavam em casas arranjadas à pressa, sem nenhuma aparência de escolas. Depois da revolução adotaram o sistema de criar grupos escolares que, para bem dizer, só existiam nos decretos. Armava-se um grupo no papel, nomeava-se o corpo docente e depois se procurava uma casa.

O tom crítico, eco ainda, de certa maneira, dos relatórios do Graciliano prefeito de Palmeira dos Índios, deixa sua marca no excerto. Para além de se referir à ignorância das professoras idosas responsáveis por ensinar coisas absurdas, tema este que seria mote de uma de suas crônicas-contos publicada nos anos 1940⁴⁵, o diretor da instrução pública não poupa os falaciosos governos pós-revolução de 1930, outro lugar-comum em suas produções futuras⁴⁶. Quer pela perspectiva questionadora adotada, quer pelo tratamento de assuntos que ganhariam espaço em seus textos mais propriamente literários, pode-se inferir que, nesse documento, conviveriam o escritor e o funcionário, com ênfase para este último⁴⁷.

⁴³ *Idem*, p.14.

⁴⁴ RAMOS, Graciliano. Alguns números relativos à Instrução Primária em Alagoas. *Escola*, Maceió, v. 1, fasc. 1, set. 1935, p. 13. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Organização de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 143.

⁴⁵ Referência ao texto “Uma visita inconveniente”, publicado primeiramente em *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, dez. 1942, p. 154-155.

⁴⁶ Vale conferir o modo desabonador como Graciliano retrata a própria Revolução de 1930, tal como se pode observar na crônica [“Bagunça”] – “Quadros e costumes do Nordeste IX”, *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 369-370, nov. 1941.

⁴⁷ Convém assinalar que, diferentemente dos relatórios endereçados ao governador e somente depois publicados na imprensa, a prestação de contas aqui examinada foi produzida com o fito de publicizar as

3 Funcionário-escritor

Como se sabe, a gestão de Graciliano Ramos à frente da Instrução Pública alagoana terminou de modo abrupto. O romancista foi preso em março de 1936, sem acusação formal. Segundo o prontuário dele na Polícia Política, documento de número 11.473, presente no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, imputava-se ao autor de *S. Bernardo* a realização de “atividades subversivas” e, em específico, a acusação de ter participado “do movimento comunista irrompido no Nordeste do país, em 23/11/1935”⁴⁸. No entanto, jamais fora incriminado publicamente por algum deslize. Como desdobramentos de tal violação do processo legal, depois de ser preso em Maceió e encaminhado para o Recife, foi levado para o Rio de Janeiro, onde permaneceu encarcerado até janeiro de 1937. Após sua libertação, decide fixar-se na capital carioca e se dedicar, sobretudo, à carreira literária. No entanto, em vista da impossibilidade de viver tão só da profissão de escritor, teve de regressar ao funcionalismo público e, mais especificamente, à pasta da educação⁴⁹.

Em seu autorretrato aos 56 anos publicado em 1948, no suplemento “Letras e Artes” do jornal *A Manhã*, Graciliano Ramos definia-se como revisor do jornal *Correio da Manhã* e como “inspetor de ensino”⁵⁰. Seu ingresso em tal carreira do serviço público deu-se em 28 de setembro de 1938, quando, por intermédio da influência de Carlos Drummond de Andrade, Getúlio Vargas designa, em ofício presidencial, o escritor alagoano para exercer, interinamente e em comissão, “as funções de inspetor de estabelecimentos de ensino secundário no Distrito Federal”⁵¹. Trata-se de cargo modesto, mas relevante (cabia ao inspetor conferir aos estabelecimentos de ensino a chancela do Ministério de Educação e Saúde), aquele que o romancista de *Vidas Secas* exercerá por mais longo tempo, isto é, desde a data do documento assinado por Vargas até sua morte em março de 1953.

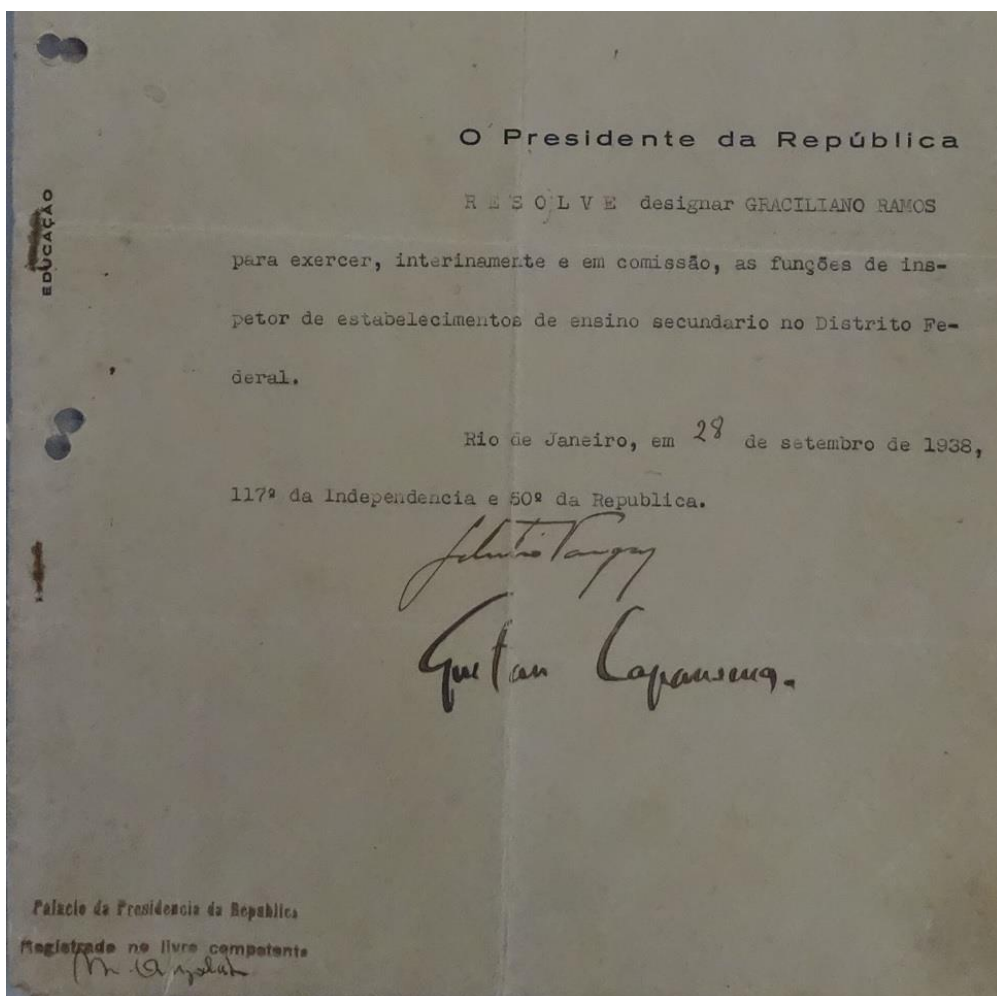
ações do diretor da Instrução Pública. Não se tem notícia do encaminhamento preliminar do texto ao interventor federal de então.

⁴⁸ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Departamento Federal de Segurança Pública. Prontuário N. 11.473, de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, 1936-1952. p. 1.

⁴⁹ RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 198-199.

⁵⁰ *Idem*, p. 324.

⁵¹ VARGAS, Getúlio; CAPANEMA, Gustavo. Designação de Graciliano Ramos para exercer, interinamente e em comissão, as funções de inspetor de estabelecimentos de ensino secundário no Distrito Federal. Rio de Janeiro, 28 set. 1938. Documento pertencente ao Fundo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros, GR-DP-025.



Designação de Graciliano Ramos para exercer as funções de inspetor federal de ensino assinada por Vargas e Capanema (IEB/USP)

A atuação de Graciliano Ramos como inspetor federal de ensino secundário (correspondente, hoje, ao segundo segmento do ensino fundamental) deixou poucos vestígios. A partir da consulta a documentos encontrados no acervo do escritor e a edições do *Diário Oficial da União*, sabe-se que, inicialmente, ele trabalhou no departamento masculino do Ginásio 28 de Setembro, por designação, em 29 de julho de 1939, do poeta mineiro Abgar Renault, que então exercia a direção do Departamento Nacional de Educação. Em seus anúncios publicitários, tal escola, sediada na rua 24 de Maio, 543, no Méier, e dirigida pelo general Liberato Bittencourt, destacava o cuidado por igual “do corpo, da cabeça e do coração, combatendo quatro grandes inimigos (“fumo, jogo, álcool e bola”), com vistas a preparar “não fátuos

doutores, mas doutos lidadores”⁵². Trata-se de um colégio de orientação militar, cujos patronos seriam Caxias, Deodoro e Floriano⁵³. Segundo Dênis de Moraes, o diretor do estabelecimento afeiçoou-se tanto a Graciliano “a ponto de presenteá-lo com uma pilha de livros positivistas”⁵⁴.

Sua passagem por tal instituição estendeu-se até 14 de março de 1942, quando, por meio da portaria n. 262 da Divisão de Ensino Secundário, é transferido para a 3ª, 4ª e 5ª séries do curso diurno do Instituto Superior de Preparatórios, na rua Riachuelo, 124, no centro do Rio⁵⁵. Cerca de um ano depois tal instituição, por meio do decreto 11.923, de 17 de março de 1943, ganha a autorização para atuar também como colégio, com seus cursos clássicos e científicos, sob inspeção preliminar, passando a ser nomeada como Colégio da MABE, sigla da Moderna Associação Brasileira de Ensino, mantenedora do estabelecimento, no qual três filhos de Graciliano estudaram (Ricardo, Luiza e Clara).

Em seguida, passa a atuar no Colégio de São Bento, instituição na qual se manteve por mais longo tempo. Embora não se tenha notícia de uma portaria que informe sua data de desligamento do Colégio da MABE e o início de sua atuação na escola comandada pelos beneditinos, documentos portadores de sua assinatura permitem dimensionar sua passagem por esta última instituição⁵⁶. Mais especificamente, um certificado emitido em 9 de janeiro de 1943 e outro em 7 de janeiro de 1947, ambos relativos ao aluno Francisco Xavier Oliveira de Almeida⁵⁷, são os marcos de que se dispõe⁵⁸. De todo modo, pode-se inferir, todavia, que sua presença entre os monges foi além. Em crônica publicada logo após a morte de Graciliano, Alexandre Eulálio relembra seus tempos ginasiais no Colégio de São

⁵² AULA-BRASIL. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1939. p. 26.

⁵³ Havia também os patronos civis: Tobias Barreto, Rui Barbosa e José de Alencar.

⁵⁴ MORAES, Dênis de. *op. cit.* p. 222.

⁵⁵ Inicialmente, o instituto ficava na rua São José, 9 e 11.

⁵⁶ Assim como se pode depreender de pesquisa realizada no Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, no Colégio de São Bento, o fichário dos inspetores (livro com papel pautado preenchido pelos inspetores federais que trabalhavam no estabelecimento) foi atualizado apenas até o ano de 1941, ou seja, tal prática parece ter deixado de ser empregada antes de Graciliano assumir suas atribuições entre os beneditinos.

⁵⁷ Os dois certificados em questão pertencem ao Fundo Graciliano Ramos do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros. Ver respectivamente os itens GR-DP-016 e GR-DP-015.

⁵⁸ No Fundo Graciliano Ramos no IEB/USP, há ainda um requerimento de Sérgio Hesketh de Salle, aluno da 3ª série do curso ginasial. No arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, foram encontrados os relatórios internos do Colégio de São Bento dos anos de 1944, 1945 e 1946, nos quais, na seção inspetoria, figura o nome de Graciliano como agente público responsável pela 3ª e 4ª séries ginasiais.

Bento, bem como o contato com o escritor famoso, algo que se dera nos anos de 1947 e 1948. Segundo o futuro professor universitário, os alunos se levantavam para recepcionar o autor de *Vidas Secas* antes da realização das provas parciais e cochichavam excitados. “‘Este é o Graciliano Ramos’. ‘Quem?’ ‘Graciliano Ramos, um dos maiores escritores brasileiros’. ‘Ah!’ Falávamos quase alto para que ele nos ouvisse e olhasse”⁵⁹.

⁵⁹ EULÁLIO, Alexandre. *Os brilhos todos*. Organização de Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 34.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
S. E. — DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CERTIFICADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

IBENTO DE SÊLO
DEC. LE 8 024 DE
2-10-43

Colégio de São Bento
RIO DE JANEIRO

CÍCLO Sec. 1^o GRAU N.º 01587

Certificamos que Francisco Xavier Oliveira de Almeida
filho de Joaquim Telles de Almeida 560
e de Maria Ana de Oliveira Telles de Almeida
natural d. São Paulo Estado d. São Paulo
nascido em 29 de setembro de 1930
satisfaz tôdas as provas do exame prático do primeiro
grau do ciclo secundário realizadas
nos dias seis e oito de novembro de 1946.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1947.

FIRMA Inspeção Federal
TABELÃO, PENAPIEL
OUVIDOR, 56 - RIO

R\$ 1,00

GRACILIANO RAMOS

Professor

Diretor

D. HILDEBRANDO PETRÓLA MARTINS O. S. B.

Certificado do aluno Francisco Xavier Oliveira de Almeida do Colégio de São Bento datado de janeiro de 1947 e assinado por Graciliano Ramos (IEB/USP)

Enquanto atuava como inspetor do Colégio de São Bento, recebeu, em outubro de 1948, uma incumbência extra: verificar as condições do Instituto Central do Povo que, para o ano seguinte, almejava abrir um curso secundário. Tal instituição, fundada em 1906 pelo reverendo Hugh Clarence Tucker e ligada à igreja Metodista norte-americana, prestava uma ampla gama de serviços à população carente dos

bairros da Saúde e Gamboa (região central e portuária do Rio) – jardim de infância, ensino primário, supletivo, cursos especializados, biblioteca etc. Para além dessas ações, a instituição desejava ampliar suas ações mediante a criação do “Ginásio do Instituto Central do Povo”. Então, promoveu, ao longo do ano de 1948, uma campanha para levantar recursos com vistas à construção de suas novas instalações. A pedra fundamental do novo edifício havia sido lançada em 13 de maio de 1948⁶⁰.

Coube a Graciliano, a partir da designação do então diretor do Ensino Secundário, Haroldo Lisboa da Cunha, visitar o Instituto Central do Povo e produzir um relatório manuscrito que subsidiaria a decisão de autorizar ou não o funcionamento do “Ginásio” pretendido pela instituição. Trata-se do único documento produzido por Graciliano Ramos enquanto inspetor federal de ensino⁶¹. Tendo em vista sua novidade⁶², convém transcrevê-lo na íntegra, bem como apor a ele as notas necessárias à sua devida compreensão:

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1948

Ilmo. Sr. Diretor do Ensino Secundário:

Designado pela portaria 366, de 11 de outubro⁶³, para verificar as condições do Instituto Central do Povo, desta capital, aqui lhe exponho o resultado de uma visita à rua Rivadávia Correia, n. 188, onde funciona esse estabelecimento.

De fato não me é possível trazer-lhe um relatório sobre o ginásio que o Instituto Central do Povo espera seja reconhecido sob regime de inspeção preliminar. Desejei ver a instalação. E como se trata de educandário estrangeiro, julguei conveniente assistir pelo menos a uma aula de português.

⁶⁰ A CAMPANHA em benefício do Instituto Central do Povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 maio 1948. p. 3.

⁶¹ Tal afirmação tem como base pesquisas de campo realizadas no Fundo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros, no Arquivo do Mosteiro de São Bento, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e no Arquivo Nacional. Nesta última instituição, pesquisaram-se, de modo mais específico, documentos pertencentes à Série Educação, Ensino Secundário, IE4. Nela, foram encontradas pastas referentes ao Instituto Superior de Preparatórios, à Moderna Associação Brasileira de Ensino e ao Colégio de São Bento. No entanto, infelizmente, nada relativo ao trabalho do escritor alagoano como inspetor foi encontrado.

⁶² Convém assinalar que um pequeno trecho desta carta-relatório se encontra reproduzido em MORAES, Dênis de. *op. cit.* p. 223.

⁶³ Documento assinado pelo então diretor de ensino secundário, Haroldo Lisboa da Cunha, que, nos termos do decreto n. 20.302, de 2 de janeiro de 1946, designava “o extranumerário – mensalista, inspetor [...] Graciliano Ramos para verificar as condições do Ginásio do Instituto do Povo, desta capital, para fins de reconhecimento de inspeção preliminar”. O referido decreto 20.302, que trazia o regimento da Diretoria de Ensino Secundário, estipulava, em seu artigo primeiro, que cabia a tal órgão “III - fazer inspecionar as condições dos estabelecimentos que requererem as prerrogativas da equiparação ou do reconhecimento / IV - observar, no decurso da inspeção, a idoneidade, a assiduidade, as condições da admissão dos membros do corpo docente, bem como as possibilidades de desenvolvimento da entidade inspecionada”.

Esses intuitos falharam, pois o ginásio ainda não se inaugurou. Falecendo-me dados indispensáveis a um parecer, quase cheguei à conclusão desfavorável; imaginei, porém, vendo as obras que se executam no prédio, achar-me diante de uma possibilidade, talvez de uma probabilidade. Em conversa longa com os diretores, inquiri o projeto, sondei os meios de que dispõem para levá-lo a cabo. Não o supondo inexecutável, pareceu-me digno de interesse exibirem no papel os gastos narrados, as coisas expostas. Pedi a história, em resumo, do Instituto, a planta da casa, fotografias.

Eximindo-me de um juízo precipitado, busquei orientar-me ouvindo pessoas estranhas à escola e examinando o bairro onde ela se localiza. Obtive opiniões muito lisonjeiras de gente insuspeita, e a aparência do lugar justifica a pretensão que nos ocupa. Segundo se diz numa das folhas aqui juntas, “O Instituto Central do Povo tem como objetivo trabalhar pelo desenvolvimento moral, cultural, físico e espiritual do povo proletário da Gamboa”.

A declarada inexistência da ideia de lucro é verdadeira: uma vista de olhos nos convence.

Poderíamos enxergar perigo no fato de a instituição receber dinheiro do estrangeiro. Excluem este receio embaraços econômicos depois de quarenta anos de vida intensa⁶⁴. O auxílio exterior provém de uma organização religiosa, alheia, presumo, a qualquer interferência política em nosso país.

Aliás, o governo brasileiro também subvenciona o Instituto e percebeu nele, por decreto, utilidade pública⁶⁵. Isto é suficiente para desvanecer escrúpulos; isto e quase meio século de esforços, grande soma de serviços prestados a uma região pobre em demasia.

A carência de instrução aí leva-me a considerar vantajoso o reconhecimento do Instituto Central do Povo, sob regime de inspeção preliminar, embora ele não esteja ainda materialmente disposto para o fim a que se destina. A experiência é recomendável, creio.

Notei a reconstrução de um edifício, e a diretoria afirma que as salas precisas ao início do curso secundário estarão prontas no começo de 1949⁶⁶.

São estas, Sr. Diretor, as minhas observações relativas a objeto da portaria 366 – ligeiras notas apenas, na verdade um complemento da copiosa matéria enviada pelo Instituto Central do Povo⁶⁷.

Apresento a V. S. os meus protestos de consideração.

Graciliano Ramos⁶⁸

⁶⁴ Naquele momento, o Instituto Central do Povo completava 42 anos de existência. Sua fundação, por obra do reverendo Hugh Clarence Tucker, deu-se em 1906.

⁶⁵ Referência ao decreto n. 19.524 de 29 de agosto de 1945, assinado por Getúlio Vargas, no qual se declara a utilidade pública do Instituto Central do Povo, com sede no Distrito Federal. Mais especificamente, o conteúdo de tal decreto é o seguinte: “Artigo único. É declarado de utilidade pública, nos termos do art. 2º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, o Instituto Central do Povo, sediado no Distrito Federal”.

⁶⁶ Não foi o que se observou. No ano de 1949, o governo federal, em atendimento a projeto proposto pelo deputado Benício Fontenelle (PTB/DF), concede auxílio de Cr\$300.000,00 ao Instituto Central do Povo, para a construção de sua nova sede e de seu ginásio. Trata-se da lei 926 de 21 de novembro de 1949.

⁶⁷ Provável referência à reportagem de JEAN, Yvonne. Visita ao Instituto Central do Povo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1948.

⁶⁸ RAMOS, Graciliano. *Relatório sobre as condições do Ginásio do Instituto Central do Povo*. Rio de Janeiro: Divisão de Ensino Secundário; Ministério da Educação e Saúde, 4 nov. 1948 [manuscrito].

ff

Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1948

Amo. Sr. Director do Ensino Secundário:

Designado pela portaria 366, de 11 de Outubro, para ~~verificar~~ ^{examinar} as condições do Instituto Central do Povo, desta capital, aqui lhe ~~apresento~~ ^{exponho} o resultado da minha visita à sua ~~Residência~~ ^{Residência} Correia, n.º 188, onde funciona esse estabelecimento.

De facto não me é possível trazer-lhe um relatório sobre o ginásio que ~~implantação~~ o Instituto Central do Povo espera seja reconhecido sob regime de inspecção preliminar. Desejari ver a instalação. E como se trata de educandos estrangeiros, julguei conveniente assistir pelo menos a uma aula de português.

Esses ~~intuitos~~ ^{factos} ~~que me levaram a~~ pois o ginásio ainda não se ~~inaugurou~~ ^{realizou} ~~realizou~~ me são indispensáveis a uma ~~boa~~ ^{boa} ~~parte~~ ^{parte}, quasi cheguei a conclusão definitiva; imaginei, porém, vendo as obras que se executam no prédio, achar-me diante de uma possibilidade, talvez de uma probabilidade. Em conversa longa com os directores, inquiri o projecto, ponderi os meios de que dispõe para levá-lo a ~~efeito~~ ^{efeito}. Não o supondo exagerável, parteci-me ~~de~~ ^{de} ~~interesse~~ ^{interesse} ~~em~~ ^{em} ~~exibir~~ ^{exibir} no papel os factos narrados ^{por} ~~por~~ ^{coisas} ~~coisas~~ ^{expostas}. Para a história, um resumo do Instituto, a planta de casa, fotografias.

Essas peças, que agora lhe remeto, simplifiquem esta informação, ~~ou~~ ^{ou} ~~então~~ ^{então}, esta impressa, pois não existem elementos para um relatório.

Eximindo-me de juízo precipitado, busquei orientar-me ouvindo pessoas atractedas à escola e examinando o bairro onde ela se localiza. Obtive opiniões muito lisonjeiras de gente inapetente, e a aparência do lugar justifica a pretensão que nos ocupa. Segundo a Sig numa das folhas aqui juntas, «o Instituto Central do Povo tem como objectivo trabalhar pelo desenvolvimento moral, cultural, físico e espiritual do povo proletário da favela».

2

Essa finalidade se cumpre — tendo de ser feita — com
 esforço excessivo de um grupo de homens e mulheres patriotas. A
 Secretaria de que não existe declarada inexistência de saída de lucro
 é verdadeira: uma visita de ~~de~~ outros nos convence.

Podemos chegar ao ponto de se instituir a receber
 direitos do estrangeiro. Excluem este ^{preço} ~~preço~~ embargos econômicos
 depois de quarenta anos de vida inteira. O auxílio exterior provém
 de uma organização religiosa, religiosa, presumo, e qualquer interferência
 política em nosso país.

Além o governo brasileiro também subvenciona o Instituto e
 pareciam nete, por secreto, utilização pública. Isto é suficiente para
 desvanecer escríptos; isto a quasi meio século de ~~estudo~~ ^{esforço}, grande gama
 de serviços prestados e uma região pobre em Sumaria.

A carência de instrução me leva-me ~~para~~ a considerar
 vantajoso o reconhecimento do Instituto Central do Povo, sob regime de
 inspeção preliminar, embora ele não esteja ainda materialmente
 disposto ^{para o} fim a que se destina. A experiência ~~tem sido~~
~~prática~~ é recomendável, isto.

~~Deveriam~~ a reconstrução de um edifício, e a Secretaria
 afirma que as salas precisas ~~para~~ ao início do curso secundário
 estarão prontas no começo de 1949.

Vão estas, Sr. Director, as minhas observações ~~relativas~~
 relativas ao objecto da portaria 566 — ligeiras notas apenas,
 na verdade um complemento de copias matéris enviado pelo
 Instituto Central do Povo.

Apresento a V. V. os meus protestos de consideração.

Graciliano Ramos

Duas páginas manuscritas do relatório de autoria de Graciliano Ramos sobre as condições do Ginásio do Instituto Central do Povo, datado de 4 de novembro de 1948 (IEB/USP)

Embora escrito em primeira pessoa e podendo ser tomado como atestado da conduta diligente e exemplar do funcionário, bem como de sua preocupação com o bem coletivo no exercício de sua função pública, o relato descreve, em registro sério e protocolar, a visita do inspetor ao Instituto Central do Povo. Como inspetor federal, Graciliano foi designado para ir até lá com o fito de avaliar as instalações que a instituição disporia para o ensino ginasial (1º ciclo do ensino secundário), cujo início estava previsto para o ano de 1949, com dois turnos (tarde e noite), sob a direção do prof. Afonso Romano Filho⁶⁹. No entanto, como o prédio ainda não se encontrava concluído nem o Ginásio inaugurado, o inspetor não teria condições materiais de produzir um relatório propriamente dito, que deveria contemplar uma tabela detalhada de pontuação prevista pela portaria n. 67, de 30 de janeiro de 1946⁷⁰. De todo modo, não se furtou a examinar as condições do estabelecimento e os projetos por ele apresentados, bem como a conversar com pessoas do entorno da escola e, munido de informações, a produzir o documento apresentado acima.

No percurso argumentativo desenvolvido em tal relato, Graciliano externa sua hesitação: quase chegou à decisão desfavorável quanto ao mérito da solicitação do Instituto Central do Povo, mas, depois de examinar melhor a questão, levando em conta, sobretudo, o impacto social e cultural da instituição na vida da população proletária por ela atendida, muda de ideia. Nesse percurso, em curtas linhas, desmonta ponto por ponto as objeções que poderiam ser feitas ao estabelecimento por ele ser particular, mantido pela igreja metodista norte-americana e ainda não dispor da infraestrutura necessária para dar início a seu Ginásio. Todavia, em tal processo, deixa de lado a postura crítica e as tiradas irônicas e adota uma prosa sóbria e conscienciosa. Assim, se por um lado Graciliano se encontra ainda distante do empolado estilo administrativo, por outro abandona a verve e o chiste do prefeito de Palmeira dos

⁶⁹ Solicitação enviada ao então Ministro de Educação e Saúde por parte do presidente do conselho superior do Instituto Central do Povo. O documento encontra-se no Fundo Graciliano Ramos no IEB, caixa 20, mas ainda não dispõe de código de identificação.

⁷⁰ Por meio do ofício de n. 08823, de autoria de Silvia Bastos Tigre (assessora técnica da Divisão de Ensino Secundário), remetia-se a Graciliano a íntegra de tal portaria, que apresentava instruções específicas (incluindo uma ficha de classificação) para a devida execução do artigo 72, da Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942). Este dizia o seguinte: “Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, aos estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento”. O referido 08823 ofício encontra-se no Fundo Graciliano Ramos no IEB, caixa 20, mas ainda não dispõe de código de identificação.

Índios, pautando-se pela seriedade e compromisso que sua posição como renomado artista, vivendo distante de sua terra natal, demandava.

Com relação a esse último ponto, se quando publicou a prestação de contas de seus trabalhos à frente da instrução pública alagoana Graciliano dispunha apenas de seus dois primeiros romances, em fins de 1948, já tinha dado ao público, praticamente, toda a sua obra publicada em vida: além de *Caetés* e *S. Bernardo*, *Angústia* (1936), *Vidas Secas* (1938), *A Terra dos Meninos Pelados* (1939), *Histórias de Alexandre* (1944), *Infância* (1945) e *Insônia* (1947). Em outras palavras, já havia sedimentado seu espaço no mundo literário brasileiro, mas, por outro lado, ainda não dispunha do capital necessário para prover sua extensa família. Daí ter permanecido como inspetor federal de ensino até perto do fim de sua vida⁷¹, emprego que lhe era indiferente, apesar de manter a seriedade no exercício de suas obrigações. “Trata-se de uma sinecura como outra qualquer. Em todo caso, nunca tive uma falta nem tirei licença.”⁷²

Conclusão

Considerando-se os três momentos da trajetória do autor alagoano aqui retratados, pode-se observá-lo não apenas em pleno exercício de três funções públicas distintas, com suas especificidades e demandas na trama administrativa, mas também três Gracilianos diferentes quando se considera o caminho por ele percorrido e o prestígio literário de que desfrutava em cada momento em específico. No início, ganham destaque a marcante voz enunciativa em primeira pessoa, uma linguagem mais prosaica e o tom chistoso do aspirante à romancista, que ousa abrir espaço, nos relatórios oficiais endereçados à autoridade máxima estadual, para expressar seu olhar crítico e descrever a justeza de suas ações por meio de um estilo marcadamente irônico e artisticamente coloquial. Nesse processo, ao abandonar seu gabinete e investigar as mazelas do município, acaba por tematizar e problematizar assuntos que, alguns anos depois, ganhariam tratamento ficcional nas páginas de seus romances, ao mesmo tempo que se vale de uma dicção orientada pela inclusão dos menos

⁷¹ Em 2 de maio de 1952, sai publicada no *Diário Oficial da União* a autorização para que Graciliano Ramos, ainda lotado na Diretoria de Ensino Secundário, ausente-se do país, no gozo de licença especial. Em outras palavras, quando viaja para a União Soviética, Tchecoslováquia, França e Portugal, em 1952, ainda atuava como inspetor federal de ensino.

⁷² RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 199.

favorecidos não apenas nas ações político-administrativas, mas também no discurso. Não por acaso, os relatórios do prefeito Graciliano Ramos desfrutam do estatuto de porta de entrada por onde emergiu o autor de *Caetés*.

Com o passar do tempo, tal postura inicial vai cedendo lugar à seriedade e ao compromisso do romancista celebrado e, por fim, consagrado, já distante de seu Nordeste sertanejo, base por excelência de suas produções literárias. Embora se mantenha anos-luz do estilo verbal comumente atribuído ao gênero relatório (com seus rapapés sonoros, fórmulas convencionais e escolhas lexicais pomposas), o tom jocoso, a verve crítica e a tematização de elementos concernentes a sua poética vão cedendo espaço a uma linguagem mais referencial e moderada, voltada, sobretudo, ao atendimento de demandas imediatas. Assim, mais ao final da vida, dotado de capital literário, o artista se expressava de modo efetivo em suporte livresco, ao passo que os documentos oficiais, cada vez mais, vão se reduzindo a obrigações por meio das quais ele obtém os vencimentos que a carreira literária seria incapaz de lhe prover.

Por outro lado, o percurso de Graciliano Ramos não traria apenas diferenças. Como ponto de contato entre os três momentos analisados no presente artigo, sobressai a postura ativa do servidor público e do artista a perscrutar o mundo em busca do conhecimento de suas mazelas, ao mesmo tempo em que trabalhava em prol da superação destas. Assim, o prefeito atento aos pobres-diabos sem proteção e à dinamização da vida municipal, o diretor da instrução pública preocupado em expandir a rede de ensino e em conferir aos alunos o mínimo necessário (material escolar, tecidos, merenda etc.) e o inspetor federal de ensino que pautava suas decisões pela população “pobre em demasia” encontram-se irmanados. Todos eles são orientados pela mesma consciência crítica que norteou a confecção de seus livros, nos quais avultam temas de caráter social, tais como a miséria, a exploração, a humilhação, entre outros ingredientes que compõem um caldeirão de conflitos bem brasileiro, prestes a explodir.

OBRAS CITADAS

A CAMPANHA em benefício do Instituto Central do Povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 maio 1948. p. 3.

AULA-BRASIL. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1939. p. 26.

- BRANCO, Aloysio. Alguns aspectos da prosa alagoana. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 maio 1933. p. 3.
- EULÁLIO, Alexandre. *Os brilhos todos*. Organização de Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- HUMORISMO e estilo oficial. *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 mar. 1930. p. 2.
- JEAN, Yvonne. Visita ao Instituto Central do Povo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1948.
- LIMA, Mário Hélio Gomes de. *Relatórios*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Departamento Federal de Segurança Pública. Prontuário N. 11.473, de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, 1936-1952. p. 1.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Tradução de Sérgio Milliet. Porto Alegre: Globo, 1961. v. 3.
- MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- O RISO higieniza o espírito. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 12 maio 1929. p. 14.
- PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERES, Fernando da Rocha (Org.). *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Introdução, ensaio e notas de Pedro Moacir Maia. Salvador: Edufba, 2008.
- PREFEITOS laboriosos. *Correio da Pedra*, Pedra, 15 set. 1929.
- RAMOS, Graciliano. Alguns Números Relativos à Instrução Primária em Alagoas. *Escola*, Maceió, v. 1, fasc. 1, set. 1935. p. 13. In: RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Organização de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 143.
- RAMOS, Graciliano. [Bagunça] – Quadros e costumes do Nordeste IX, *Cultura Política*, Rio de Janeiro, n. 9, nov. 1941, p. 369-370.
- RAMOS, Graciliano. *Conversas*. Organização de Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Organização de Thiago Mio Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- RAMOS, Graciliano [X.]. Garranchos – IV. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 20 fev. 1921. p. 2.
- RAMOS, Graciliano. [X.]. Garranchos – VIII. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 20 mar. 1921. p. 1.

- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. 4 v.
- RAMOS, Graciliano. Professores improvisados. *Revista de Ensino, Órgão Oficial do Departamento Geral da Instrução Pública de Alagoas*, set.- out. 1929.
- RAMOS, Graciliano. *Relatório sobre as condições do Ginásio do Instituto Central do Povo*. Rio de Janeiro: Divisão de Ensino Secundário; Ministério da Educação e Saúde, 4 nov. 1948 [manuscrito].
- RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.
- RAMOS, Graciliano. [CALISTO, J.]. Traços a esmo - XIII. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 24 abr. 1921. p. 2.
- RAMOS, Graciliano. Uma visita inconveniente. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, dez. 1942. p. 154-155.
- RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- RAMOS, Heloísa. Carta para os Filhos. Paris, 24 de abril de 1952. Série Correspondência de Terceiros, Fundo Graciliano Ramos, IEB-USP.
- REBELO, Marques. Encontro com Graciliano – II. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1953. p. 2.
- REBELO, Marques. Encontro com Graciliano – III. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1953. p. 2.
- SALLA, Thiago Mio. Entre a literatura e o jornalismo: As crônicas de Graciliano Ramos. *Caligrama*, São Paulo, ECA/USP, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/64271/66957>>. Acesso em 10 jul. 2019.
- SALLA, Thiago Mio. *Graciliano Ramos e a Cultura Política: mediação editorial e construção do sentido*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Graciliano Ramos: vida e obra*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1992. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2016.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *História do romance Caetés*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas; SEC, 1983.
- UM PREFEITO. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 25 jan. 1929.
- VARGAS, Getúlio; CAPANEMA, Gustavo. Designação de Graciliano Ramos para exercer, interinamente e em comissão, as funções de inspetor de estabelecimentos de ensino secundário no Distrito Federal. Rio de Janeiro, 28 set. 1938. Documento pertencente ao Fundo Graciliano Ramos do Instituto de Estudos Brasileiros, GR-DP-025.

Thiago Mio Salla é doutor em Ciências da Comunicação e em Letras pela Universidade de São Paulo. Enquanto docente e pesquisador da ECA/USP e do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP, dedica-se às áreas de Literatura Brasileira, Teorias e Práticas da Leitura e Editoração. Entre outros trabalhos, publicou os livros *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos* (Record, 2012), *Cangaços* (com Ieda Lebensztayn, Record, 2014), *Conversas* (novamente com Ieda Lebensztayn, Record, 2014) e *Graciliano e a Cultura Política: mediação editorial e construção do sentido* (Edusp; Fapesp, 2016), obra vencedora do prêmio da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) de 2017. Atualmente, tem no prelo o livro *Graciliano na terra de Camões* (Ateliê Editorial), que trata da recepção do autor de *Vidas Secas* e do romance de 1930 em Portugal na primeira metade do século XX. E-mail: thiagosalla@usp.br

Artigo recebido em 21/07/2019. Aprovado em 24/07/2019.